

## NÃO ESTÁ MORTO QUEM PELEIA: O “BEM ORGANIZADO” ESQUEMA DE TRAVESSIAS ENTRE BRASIL E URUGUAI OPERADO PELO GRUPO BRIZOLA (1964-1967)

DARLISE GONÇALVES DE GONÇALVES<sup>1</sup>;  
ALESSANDRA GASPAROTTO<sup>2</sup>

<sup>1</sup>UFPEL- [darlisehistoriadora@yahoo.com](mailto:darlisehistoriadora@yahoo.com)

<sup>2</sup>UFPEL- [sanagasparotto@gmail.com](mailto:sanagasparotto@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

Esse estudo tomará por recorte analítico a fronteira sul do estado do Rio Grande do Sul, mais precisamente os municípios de Santa Vitória do Palmar e Jaguarão, bem como, a cidade de Pelotas que embora não esteja geograficamente situada na faixa de fronteira com o Uruguai é tida enquanto um importante polo de rearticulação das resistências locais durante as Travessias (GONÇALVES.2022). Assim, partimos da ideia de uma fronteira zona (SILVEIRA, 2014) o que faz com que no decorrer das investigações esse recorte possa se ampliar. Mesmo porque, os elos da rede vinculada ao grupo Brizola exilado no Uruguai eram plurais em suas articulações, isso quer dizer que, o mesmo militante que estabelecia contatos em Jaguarão, por exemplo, o poderia fazer no outro extremo da fronteira ou em alguma outra cidade da região sul.

Nosso recorte temporal se inicia em 1964, ano em que ocorre o Golpe e a consequente migração para o exílio, até o ano de 1967, período de desarticulações dos esquemas de fronteira mantidos pelo líder petebista Leonel Brizola. A partir daí, segundo consta na literatura voltada para sua atuação durante o exílio (LEITE, 2015), todos os focos de oposição armada coordenados, de uma forma ou de outra, por ele se desarticulam, e conseqüentemente o grupo de exilados ao seu redor passa a transitar por outras agrupações.

Uma das explicações para esse fato é que após o fracasso no Caparaó se tornou inviável na concepção de Brizola e de seu estado maior o enfrentamento armado contra a ditadura, posicionamento que desagradou muitos de seus seguidores. Assim, a partir desse episódio Brizola teria mudado sua linha de ação, passando a se dedicar a formação de alianças políticas, no sentido tradicional do termo, não só no Uruguai, como também, no Brasil. E para essas os esquemas de fronteira já não se faziam tão usuais como durante a preparação para a ação direta.

Diante desse cenário e partindo desse recorte espaço/ temporal, buscaremos compreender o exílio no Uruguai não como a interrupção de um projeto político ou a pausa de uma luta, mas sim como a reconfiguração desta que, ao mesmo tempo, se configura em uma das muitas formas de resistência e oposição à ditadura. Que partindo do território de acolhida e através desses muitos elos dessa corrente de solidariedade se estendem até o país de origem. Adotando então a perspectiva de que esses exilados não eram apenas vítimas passivas do sistema, que aguardavam pacientemente as ordens vindas dos companheiros no Brasil, mas sim agentes protagonistas dessa luta, que era desenvolvida em um trabalho conjunto com aqueles que aqui se encontravam (JESEN, 2018). Ampliando assim a noção de fronteiras geográficas contida em uma leitura clássica do termo exílio, apresentando-o enquanto um espaço de articulações transnacionais.

## 2. METODOLOGIA

Devido ao pioneirismo e a complexidade da problemática que nos propomos a tratar, temos a necessidade de apoiarmo-nos em um quadro teórico conceitual amplo que norteará a nossa análise. Nosso ponto de partida, é a inserção dessa pesquisa dentro do campo da História do Tempo Presente, bem como, a sensibilidade que esse tema possui devido, dentre outros fatores, a forte disputa de memória que o cerca.

Metodologicamente, para auxiliar a vislumbrar o quadro em que estas redes de mobilidade se articulam e desenvolvem suas atividades se faz necessário combinarmos análise de diversas fontes. Assim adotaremos uma metodologia de trabalho híbrida do tipo qualitativa, associando fontes orais, memorialísticas, documentais e imprensa.

Estas por sua vez, possuem cada uma suas particularidades que não devem ser desprezadas, sob pena de uma análise superficial de suas entrelinhas. Ao mesmo tempo, tendo em vista que, elas não são objetos dotados de neutralidade, pois refletem seu viés de produção e reprodução, estamos partindo da premissa de que somente o cruzamento de distintas posições nos possibilitará uma análise mais precisa, evitando o “subjetivismo de protagonistas que estão disputando politicamente um cenário ainda marcado por importantes lacunas e onde se confrontam memórias, justificativas, interpretações e histórias” (PADRÓS, 2009. p.41).

Assim no que diz respeito aos cuidados no trato com fontes impressas (documentos oficiais, livros de memória e imprensa) Padrós aponta que devemos estar atentos para não ignorarmos “os interesses em jogo por detrás das informações contidas nos mesmos” (2009, p.38). Nesse sentido, a validação dos dados apresentados por esses documentos enquanto fonte de pesquisa se dá mediante o cruzamento com outras fontes, buscando aferir assim a “veracidade” das informações apresentadas por estas construções textuais. Já para o caso das fontes orais: as distorções, ucronismos e as subjetividades contidas na fala devem ser encaradas não como o “errado”, mas sim enquanto mais um caminho possível para a análise (FERREIRA, 2000, p.119).

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A investigação em questão ainda se encontra em seu período inicial, por isso o que temos no momento são hipóteses de pesquisa. A principal delas se apoia na existência nesse espaço de uma forte integração de fato (MAZEI, 2012) que é um dos elementos basilares para o desenrolar de muitos episódios aqui ocorridos durante a ditadura. E é nesse ponto que levantamos o pressuposto analítico de que a presença de indivíduos socialmente influentes na comunidade local dentro dessas redes de solidariedade atuantes na região de fronteira, fazia toda a diferença para o êxito da atividade de Travessia, bem como, para a manutenção e segurança dos contatos e pontos estabelecidos entre os exilados e a militância no Brasil. Já que a fluidez nesses espaços fronteiriços “não é uma categoria técnica, mas uma entidade sociotécnica” (SANTOS, 2006: 186), ou seja, são os arranjos humanos, e não os tratados diplomáticos, que determinam a tônica das relações sociais estabelecidas.

## 4. CONCLUSÕES

Do ponto de vista político, a atuação das redes na viabilização das Travessias vinculadas ao grupo Brizola é por nós definida enquanto uma atividade de resistência contra a ditadura. Mesmo que na literatura pertinente ao período em questão, embora sejam mencionadas as Travessias por essas fronteiras, as mesmas são comumente apresentadas como uma ação, uma rota de fuga ou o destino para o exílio esvaziando-as de sua dimensão política e humana (GONÇALVES, 2022).

Tal definição está muito associada à chave interpretativa brasileira sobre os exílios, que de acordo com Ribeiro, “pouco se mostrou sobre o deslocamento funcional do exílio ou como ele foi encarado de maneira temporária e operacional, como um momento de reorganização e ampliação da oposição no exterior [...]” (2016, p. 938). Logo, focando principalmente na experiência exilar, as redes apresentadas nesses estudos são majoritariamente as transnacionais de militância, acolhida e denúncia à ditadura, existindo ainda poucas investigações dedicadas àquelas redes que se responsabilizaram pela acolhida e traslado no país de origem do militante.

E, é nesse sentido que essa lacuna interpretativa apontada por Ribeiro vai ao encontro do nosso argumento de que mesmo que por vezes os atores envolvidos na atividade de passada não tomassem a dimensão política como força motriz de seus atos, o trabalho dessas redes deve sim ser encarado enquanto uma atividade de resistência contra a ditadura. E nesse sentido, insistimos na necessidade em se pensar esse ato de maneira mais complexa, conceitual atrelado à ideia de resistência, pois os caminhos que levaram até o exílio não se resumem apenas num ato de escapar da ditadura, ele também foi o destino escolhido por alguns para reunir forças e voltar a lutar (JENSEN; LASTRA, 2016).

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FERREIRA, M.de.M. História do Tempo Presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 94, nº 3, p. 111, maio/jun., 2000.
- GONÇALVES, D.G.de. **Acolhei aos perseguidos**: as redes de mobilidade que salvaguardavam vidas na fronteira Jaguarão (1964-1975). 2022. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pelotas.
- JENSEN, S.I. LASTRA, M.S. Formas de exílio y prácticas represivas en la Argentina reciente (1974-1985). In ÁGUILA, G.; GARAÑO, S.; SACATIZZA, P.; coordenadores. **Represión estatal y violencia paraestatal en la historia reciente argentina**: Nuevos abordajes a 40 años del golpe de Estado. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2016.
- LEITE, M.C.M. **A trajetória política de Leonel de Moura Brizola no exílio uruguaio (1964-1977)**. 2015. Dissertação de mestrado (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS.
- MAZZEI, E. **Fronteras que nos unen, límites que nos separan**. Montevideo: Imprenta CBA, 2012.
- PADRÓS, E.S. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos. **Tempo e Argumento**. Revista do programa de pós-graduação em História. Florianópolis: UDESC, v. 1, n. 1, p. 30 – 45, jan./jun. 2009.

RIBEIRO, M.C.B. Militância e exílio político: as trincheiras subterrâneas de luta. I **Colóquio Internacional Movimentos Trânsitos e Memórias**. Niterói, 4 a 6 de outubro. 2016.

SILVEIRA, M.B.A.da. **Ditadura civil militar na região sul gaúcha**: Militâncias e rotas de exílio. 2014. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal De Pelotas- Instituto De Ciências Humanas Programa De Pós- Graduação Em História.